

A POLÍTICA DE DEFESA E SEGURANÇA NO ÂMBITO DA POLÍTICA EXTERNA VENEZUELANA

José Alberto Antunes de Miranda*

RESUMO

A ascensão na Venezuela da liderança de Hugo Chávez Frias em 1999 iniciou um processo que fez surgir uma esquerda de matizes e de peculiaridades distintas que tem transformado o cenário geopolítico e geoeconômico da região. O relacionamento da Venezuela com seus vizinhos promove desconfianças, inseguranças e questionamentos. O objetivo deste artigo é analisar a política de segurança e defesa da Venezuela no âmbito de sua política externa para com a região e verificar o aprofundamento ou não de medidas de confiança mútuas na área da segurança e verificar as implicações para o hemisfério. Analisa-se a relação de Cuba e da Colômbia com a Venezuela, países considerados de relevância para com esse país na conformação de sua política de segurança e defesa. A avaliação da política de segurança e defesa do governo da Venezuela e as consequências para a estabilidade da região passam pela necessidade de compreensão e entendimento das mudanças, no âmbito doméstico que o país realiza.

Palavras-chave: Política Externa. Defesa. Segurança. Venezuela.

DEFENSE AND SECURITY POLICY UNDER VENEZUELA'S FOREIGN POLICY

ABSTRACT

The rise of Hugo Chavez Frias in Venezuela in 1999 initiated a process that made emerge a left party with different peculiarities and that has transformed the geopolitical and geo-economic landscape of the region. Venezuela's relationship with its neighbors promotes mistrust, insecurities and questions. The purpose of this paper is to analyze the security and defense policy of Venezuela under its foreign policy towards the region and also check whether or not the deepening of mutual confidence measures in the area of security impact on the hemisphere. The article also analyzes the relationship of Cuba and Colombia with Venezuela, countries considered with relevance to this country in shaping its security and defense policy. The assessment of the security and defense policy of Venezuela and the consequences for the stability of the region need to be understood based on the changes in the domestic context by which the nation performs.

Keywords: Foreign Policy. Defense. Security. Venezuela.

* Professor Doutor, Assessor de Assuntos Interinstitucionais e Internacionais e Professor da Graduação em Relações Internacionais e do Mestrado em Direito e Sociedade do Centro Universitário La Salle - Unilasalle, Canoas, RS. Contato: <miguel.dias@unilasalle.edu.br>

LA POLÍTICA DE DEFENSA Y SEGURIDAD EN EL AMBITO DE LA POLITICA EXTERIOR DE VENEZUELA

RESUMEN

El ascenso de Hugo Chávez Frías en Venezuela en 1999 inició un proceso que hizo surgir un partido de izquierda con distintas peculiaridades y que ha transformado el panorama geopolítico y geoeconómico de la región. La relación de Venezuela con sus vecinos promueve la desconfianza, inseguridades y preguntas. El propósito de este trabajo es analizarla política de seguridad y defensa de Venezuela en virtud de su política exterior hacia la región y también comprobar si han ocurrido la profundización de las medidas de confianza mutua en el área y el impacto en la seguridad en el hemisferio. El artículo también analiza la relación de Cuba y Colombia con Venezuela, países considerados importantes a este país en la configuración de su política de seguridad y defensa. La evaluación de la política de seguridad y defensa de Venezuela y las consecuencias para la estabilidad de la región necesita ser entendida en base a los cambios en el contexto nacional por el cual la nación realiza.

Palabras claves: Política Exterior. Defensa. Seguridad. Venezuela.

1 INTRODUÇÃO

O conjunto de Estados que compõe a América Latina apresenta hoje um cenário novo com importantes mudanças políticas e econômicas a partir da ascensão de novas lideranças. O pós-guerra fria trouxe mudanças substantivas no tratamento da questão da segurança regional. Novos temas foram incluídos na agenda, como o narcotráfico, migrações, democracia entre outros. No caso específico da América do Sul, e mais precisamente na região andina, importantes alterações de cenários fazem por merecer uma análise mais pontual de alguns acontecimentos que envolvem a área de segurança regional e a política externa bolivariana.

A ascensão na Venezuela da liderança de Hugo Chávez Frías em 1999 iniciou um processo que fez surgir uma esquerda de matizes e de peculiaridades distintas que tem transformado o cenário geopolítico e geoeconômico da região. O relacionamento da Venezuela com seus vizinhos promove desconfianças, inseguranças e questionamentos. A Venezuela adota um distanciamento político-ideológico ante a potência hegemônica das Américas e foi acusada por estar produzindo uma corrida armamentista na região. A nova política de segurança a partir do governo de Hugo Chávez instituiu um novo papel para as forças armadas, fundamental ao projeto bolivariano de revolução.

O objetivo deste artigo é analisar a política de segurança e defesa da Venezuela no âmbito de sua política externa para com a região e verificar o aprofundamento

ou não de medidas de confiança mútuas na área da segurança¹ e verificar as consequências para o hemisfério. Analisa-se a relação de Cuba e da Colômbia com a Venezuela, países considerados de relevância para com esse país na conformação de sua política de segurança e defesa.²

A avaliação da política de segurança e defesa do governo Hugo Chávez e as consequências para a estabilidade da região passam pela necessidade de compreensão e entendimento das mudanças no âmbito doméstico que a Venezuela realiza.

A análise aqui apresentada está baseada na exposição teórica de Buzan e Waever (2003), na qual argumentam que a Teoria dos Complexos Regionais de Segurança nos permite compreender melhor a estrutura essencial de um dado complexo de segurança regional, pois avalia a balança de poder e as relações mútuas dos países envolvidos e as inclinações regionais e globais das regiões. Para esses autores, uma abordagem regionalista permite um nível de análise mais distinto que somente entre o local e o global³. Buzan e Waever (2003, p. 30, tradução nossa) salientam: “A abordagem regional atribui tanto mais clareza empírica quanto uma compreensão teórica mais coerente das dinâmicas internacionais de segurança.”⁴

Embora neste artigo se enfatizem com maior ênfase as implicações das mudanças e movimentos no âmbito doméstico da Venezuela que afetam o ambiente regional, mais especificamente o andino, concordamos com Buzan e Waever (2003, p. 48) que as dinâmicas de segurança são inerentemente relacionais; nenhuma segurança de uma nação é autocontida. Os complexos regionais de segurança são socialmente construídos no sentido de que são contingentes com as práticas de segurança dos atores envolvidos. Graciela Pagliari (2009, p. 34) expressa essa questão:

Do fato de que a interdependência de segurança é inevitável decorre que nenhum nível será, por ele mesmo, adequado para entender o problema de segurança como um todo. Dessa forma, o completo significado somente será claro à medida que for observado em relação aos outros. Os complexos de segurança são utilizados para entender essa lógica relacional à medida que se considera que, diante do padrão regional – o qual se configura tanto pela distribuição de poder quanto

1 As medidas de confiança mútua (confidence – building measures) são ações realizadas no sentido de permitir que o dilema da segurança seja mitigado e que seja reduzida a possibilidade de uma resposta automática com emprego da força (ARAVENA, 1996, p. 44).

2 O contexto de análise do referido artigo dá-se entre o ano de 2003 até a morte do Presidente Hugo Chávez, em 2013.

3 Para Buzan e Waever (2003, p. 201), Complexos Regionais de Segurança são “um conjunto de unidades cujos principais processos de securitização, dessecuritização ou ambos são tão interligados que seus problemas de segurança não podem ser razoavelmente analisados ou resolvidos independentemente um do outro”.

4 Tradução nossa do original em espanhol (2003, p. 37).

pelas relações históricas de amizade (expectativa de proteção e apoio) e inimizade (relacionamento estabelecido por suspeita e medo) – um Estado não pode analisar e resolver seus problemas de segurança nacional de maneira separada dos outros Estados da região.

A estrutura essencial do complexo de segurança a ser estudado será analisada por três tipos de relações conforme apresenta Buzan e Waever (2003). A primeira delas seria a distribuição de poder entre os Estados da região, a segunda, os padrões de amizade-inimizade entre os atores relevantes ao longo dos setores militar, político, social e econômico e o ambiental, e a terceira, as relações de poder com os atores externos à região⁵.

No campo de estudos das Relações Internacionais, a região tem uma longa história como um campo de análise ligado de forma distinta, primeiramente, à integração e à segurança. Apesar da natureza particular da Guerra Fria ter ofuscado a importância dos processos regionais, o fim do conflito bipolar despertou um interesse renovado pelas regiões como arenas fundamentais de cooperação e conflito.

A região andina, como um subsistema de segurança, compartilha muito dos mesmos problemas de segurança, como o tráfico de drogas, o comércio ilegal de armas, o aumento da criminalidade, a privatização da violência, a influência de políticas militares implementadas pelos EUA para a região e o déficit da presença governamental em regiões distantes. Da mesma forma, pode-se dizer que os entendimentos atinentes à segurança nacional entre os países são bastante relacionais. As agendas de segurança de países como a Venezuela e o Equador, por exemplo, necessariamente levam em consideração a situação interna da Colômbia. A economia da região também está fortemente interligada.

A interdependência de segurança na região andina manifesta-se mais na forma de amizades do que inimizades, mesmo que se detectem constantes tensões territoriais, mais especificamente entre Colômbia e Venezuela. Os governos têm geralmente cooperado no sentido de gerenciar as disputas e evitar o conflito.

Ainda que se possa identificar a preocupação dos governantes locais em favorecer a cooperação, como será apresentado ao longo deste trabalho, não podemos esquecer dos desentendimentos recentes entre alguns países da região andina que provocaram um sentimento de insegurança e preocupação na América do Sul diante de um possível conflito militar. Venezuela e Colômbia romperam relações diplomáticas por desentendimentos político-ideológicos em 2010,

5 Consideramos regiões como produtos de construções sociais, produzidas e reproduzidas por discursos e práticas socioeconômicas e políticas. Não são objetos atemporais, fixos no tempo e espaço. São construções dinâmicas que se movimentam a partir das relações entre territórios e sociedades diferentes.

inclusive provocando deslocamento de tropas, apesar do rápido restabelecimento das relações entre os dois países logo após a transição do governo Álvaro Uribe para o de Juan Manuel Calderón.⁶

Peru e Equador, em função de uma disputa de demarcação do Vale do Rio Cenepa, chegaram a ir à guerra em 1995, tendo o Brasil que intervir na busca para uma solução pacífica restabelecida com a assinatura dos Acordos de Paz de Brasília entre Peru e Equador em 1998.⁷

Apesar da distinta forma de concepção ideológica apresentada pelo governo bolivariano como ideais ao continente na área da integração regional, havendo, com isso, diferenças consideráveis entre Aliança Bolivariana para Nossa América (ALBA), Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e Unidade das Nações Sul-Americanas (UNASUL), o envolvimento da Venezuela nos processos de integração regional diminuem riscos de potenciais conflitos armados.

2 A POLÍTICA DE SEGURANÇA E DEFESA VENEZUELANA E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A REGIÃO

Ao longo da história, a política de segurança e defesa da Venezuela está associada no sentido de salvaguardar e fazer respeitar a soberania nacional do território e o espaço geográfico. Também está associada à solução do conjunto dos problemas fronteiriços e das tensões limítrofes e territoriais com a Colômbia e a Guiana Esequiba⁸, o narcotráfico, a atividade da guerrilha colombiana, assim como as imigrações ilegais, o contrabando de armas e pedras preciosas e a depredação do meio ambiente por atividade mineral ilegal, entre outros problemas (ROMERO, 1980, p.57).

Segundo Hernán Castillo, o setor militar da Venezuela historicamente seguiu recebendo privilégios. Desde 1958, os privilégios são mantidos como forma de o poder civil exercer controle sobre o estamento militar. A concessão desses privilégios teria permitido aos militares a manutenção da influência nas decisões governamentais civis, principalmente as decisões que diziam respeito à segurança

6 Importante esclarecer que o artigo foca o período da relação entre os dois países de 2003 a 2013. A partir do governo de Juan Manuel Calderón houve mudanças significativas no contexto da política interna e externa da Colômbia com a Venezuela.

7 Segundo o embaixador Iván Cannabrava, o Acordo consumiu quatro anos de esforços de mediação para ser assinado, envolvendo países como EUA, Chile, Brasil e Argentina. Salientava o embaixador: “Peru e Equador demonstram a todo o mundo, hoje, que o que distingue a América do Sul é o fato de ser uma região de paz. É o fato de ser uma região que elege a diplomacia e o direito internacional como estilo para superar divergências, que escolhe a boa convivência com o passaporte para modernidade.” (CANNABRAVA, 1997).

8 O mapa político da Venezuela sempre apresenta a Guiana Ezequiba como região ainda em reclamação.

e defesa. Apesar de a Constituição da Venezuela de 1961⁹ permitir a designação de um civil para o Ministério da Defesa, nunca um civil foi nomeado, assim como para qualquer outra posição no resto da estrutura administrativa e burocrática de segurança e defesa do país. Para o autor, a titularidade de um civil à frente da segurança e defesa do Estado permitiria despolitizar os altos comandos e concentrá-los em funções mais técnicas (CASTILLO, H., 2007, p. 95).

Atualmente, procedimentos e mecanismos de controle de gastos com defesa por parte de autoridades civis são praticamente inexistentes. O controle da forma como se administram os gastos de defesa escapa de um escrutínio público. Castillo afirma ainda que hoje há grande dificuldade de se conseguirem informações na área relacionadas à segurança e defesa, por mais simples que sejam.

A legislação venezuelana, nesse aspecto, é considerada muito atrasada. Isso tudo faz com que estudos sobre pensamento estratégico e estudos de segurança e defesa sejam praticamente exclusividade do setor militar. Mesmo a formação de especialistas civis nesses campos e a conformação de grupos e equipes interdisciplinares para o estudo do pensamento, planejamento, pesquisa e inclusive docência com participação acadêmica civil é extremamente difícil. Essas atividades estão reservadas aos institutos militares. Não há hoje na Venezuela nenhum centro de estudos estratégicos dedicado exclusivamente à área da segurança e defesa controlado por civis. Os dois existentes são controlados por militares: o Instituto de Altos Estudos Militares (IAEDEN) e a Escola Superior de Guerra Conjunta (ESGC).

Essa situação chegou a um extremo que, com respeito a decisões em áreas de fronteiras e limites internacionais, há uma espécie de poder de veto militar em decisões de Estado. Da mesma forma, ameaçam invadir e monopolizar outros campos de pesquisa e estudos como terrorismo, narcotráfico, narcoguerrilha, entre outros.

No âmbito regional e hemisférico, entre os anos 2003-2006, percebem-se o aprofundamento da fragmentação da região andina a partir do anúncio da saída da Venezuela da Comunidade Andina de Nações e as tensões geradas com o governo do Peru, principalmente durante as últimas eleições nacionais e ainda os persistentes atritos com o governo colombiano.

O governo venezuelano, nesse período, planejava um novo modelo de integração, que incluía o militar, a partir do Mercosul e da então Comunidade Sul Americana de Nações. Nesse período, também se destacava a chamada “nova guerra fria”, que representava as diferenças de pensamento ideológico dos países da região, uns mais alinhados ao pensamento de esquerda radical, outros mais

9 Na Constituição de 1961, as forças armadas formavam uma instituição apolítica, obediente e não deliberante pelo Estado. “As forças armadas nacionais formam uma instituição apolítica, obediente e não deliberadora, organizada pelo Estado para garantir a defesa nacional, a estabilidade das instituições democráticas e o respeito à constituição e às leis” (Artigo 132 da Constituição de 1961).

alinhados à chamada esquerda democrática que seria mais alinhada aos Estados Unidos.

No âmbito doméstico, o governo, para justificar a compra de armamentos e equipamentos militares, utiliza um discurso que demonstra a necessidade de ampliar e aprofundar a noção de corresponsabilidade entre Estado e sociedade para defesa e segurança do país que se expressa com a expansão e treinamento de reservistas e da Guarda Territorial¹⁰ (JACOME, 2007, p. 1-5).

Os gastos militares venezuelanos chamaram a atenção da imprensa e da academia ao longo de alguns anos. A Venezuela passou de 56 no *ranking* de compradores de armas em 1998-2002 a 24 em 2003-2007 (SIPRI). Além da intensidade, as aquisições do país atraíram a atenção por serem acompanhadas de grande propaganda política do governo Chávez e de certa apreensão com suas intenções para a América do Sul na época. De certa forma, essa atenção ajudava Chávez a projetar uma imagem de poder tanto internamente como parte de sua política externa.

Quadro 1 - Gastos militares da Venezuela nos últimos 10 anos

Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Valor em bolívares	1,3	1,2	1,5	2,7	4,2	6,4	6,3	9,2	8,6	8,6	10,2
Valor em dólares	3,5	2,6	2,5	3,6	4,8	6,4	5,3	5,9	4,3	3,3	3,1
Porcentagem do PIB	1,6	1,2	1,2	1,3	1,4	1,6	1,3	1,4	1,2	0,9	-

Fonte: O Autor, 2012.

Nota 1: Os valores são em milhões de bolívares e milhões de dólares.

Nota 2: Elaborado a partir dos dados do SIPRI em 12 maio de 2012.

Observa-se queda do investimento em gastos militares a partir de 2008, muito em função do agravamento da situação econômica e da diminuição dos preços do petróleo. O processo venezuelano de gastos militares nos últimos anos tem sido alto, mas não tão constante como, por exemplo, o chileno. Praticamente todas as áreas das três forças já foram contempladas ou há planos para tal. Os gastos, que até 2000 podem ser considerados moderados, aumentaram desde então, sendo o ano de 2006 o grande pico de aquisições de material bélico até o presente. A Rússia tem sido o grande fornecedor e aliado estratégico do governo Chávez.

¹⁰ Segundo Langué (2009, p. 155), o reforço do poder militar na Venezuela a partir de uma maior integração civil-militar e a ativação da defesa nacional popular integral contentavam-se em formar 50.000 reservistas até dezembro de 2003 e 500.000 mil até o final de 2005 (os dados atuais, segundo a autora, indicam 100.000 reservistas até o final de 2005).

Não obstante a legitimidade da preocupação venezuelana ante uma possível intervenção estrangeira, no caso, norte-americana, a fronteira mais instável segue historicamente sendo a que divide a Venezuela da Colômbia e a Guiana Essequiba em função de disputas territoriais.

No contexto continental, existem alguns cenários, ainda que restritos, de conflitos potenciais, devido às pretensões de fronteiras pendentes (como a pretensão de acesso ao mar pela Bolívia, respaldada pelo Presidente Chávez, o que causou o conflito diplomático com o Chile em novembro de 2003). Os múltiplos incidentes diplomático-militares que ocorreram entre 2003 e 2008 na fronteira colombiana-venezuelana (sendo a mais notável a detenção em 2004 do “chanceler” das Forças Revolucionárias da Colômbia (FARC), Rodrigo Granda, refugiado em território venezuelano) indicam até que ponto o equilíbrio diplomático e militar é frágil.

O governo de Chávez trouxe no passado à tona o desejo de retornar à questão da zona em disputa do Essequibo com a Guiana, contestação que inclusive está presente na Constituição Bolivariana. Para Amado Cerro, essa conquista se daria por via diplomática, pois Chávez teria assegurado ao país vizinho que jamais utilizaria a força para resolver a disputa (CERVO, 2003, p. 172).

No ano de 2000, ocorreu o primeiro atrito com o governo da Guiana em virtude da tentativa da instalação de uma base espacial no Essequibo por uma empresa americana, a Beal Aerospace Technologies. Chávez advertiu o governo da Guiana que não iria aceitar a iniciativa mandando um recado direto a Georgetown. A política da boa vizinhança adotada pelo governo bolivariano aliada à diplomacia do petróleo via Petrocaribe foi determinante para a solução dos desentendimentos bilaterais.

A partir de 2008, o governo venezuelano tentou realizar importantes mudanças junto às forças armadas através da adoção de uma nova doutrina de segurança que atribuiria a elas uma função política mais ativa. Em 2009, o presidente venezuelano tentou utilizar a Assembleia Nacional para fazer vigorar o que ele chamava “sua nova geometria de poder”¹¹. O Plano Estratégico de Desenvolvimento Econômico Nacional da Venezuela, aprovado pela Assembleia Nacional, logo após o referendo constitucional, contém um extenso capítulo sobre “A Nova Geopolítica Internacional pregada pela Venezuela”.

A nova geopolítica internacional destaca a necessidade de socialização das relações internacionais e a expansão do modelo socialista em direção ao estrangeiro; a mudança para um mundo multipolar que desafia a hegemonia imperialista dos EUA e a total transformação das Nações Unidas e outros organismos multilaterais e novas formas de integração, que incluam regiões e setores excluídos dos acordos

11 Em março de 2009, o governo transferiu o controle de portos, aeroportos e autoestradas para o governo federal e determinou que o controle fosse feito por militares. Alguns planos como substituir a Guarda Nacional por uma “Milícia do Povo” foram barrados pela oposição. Ainda assim, ela foi criada como um serviço de apoio às forças armadas.

de livre comércio existentes que favoreçam os interesses transnacionais via mecanismos de integração política e cultura, como a Alternativa Bolivariana para as Américas (ALBA), a União dos Países Sul Americanos, a Petrosul, a Petrocaribe e a Petroandina. Além disso, destaca-se o foco no desenvolvimento energético como elemento gerador de um novo mapa geopolítico; a estratégia global em educação política enfatizando o alcance e objetivos da revolução bolivariana envolvendo movimentos sociais, pesquisadores, acadêmicos e aliados políticos para mobilizarem as massas no apoio ao processo revolucionário e uma nova ordem de comunicação internacional apresentando novas alternativas de canais de informação.

A Venezuela deu início a um processo de modernização de suas forças armadas com muitos equipamentos adquiridos da Rússia. Segundo o *Military Balance* de 2010, publicado pelo *International Institute for Strategic Studies*, a Venezuela anunciava em setembro de 2009 mais um aporte de investimentos de modernização de suas forças armadas na ordem de 2,2 bilhões de dólares. O anúncio desse investimento indicava a possibilidade de compra de mais 90 tanques de batalha, um número não especificado de *Smerch* – sistemas de multilançadores de foguetes, helicópteros de combate *Mi-28*, uma variedade de sistemas de defesa aérea, possivelmente incluindo *S-300*, submarinos do tipo *classe kilo* e cinco *Mirach*-barcos de patrulha rápida e vários outros equipamentos. Entre outros equipamentos de possível interesse, estavam: caças Su-35 superFlanker, 90 II-76MD de transportes estratégicos, veículos de infantaria de combate BMP-3 e MBD-3, transportes NA-74 e tanques Midas II-78MK (IIST, 2010).

As aquisições de armamentos por parte da Venezuela tiveram vários objetivos. O primeiro, já anunciado pelo governo há alguns anos, seria a modernização de seus equipamentos. O segundo, o aprofundamento das relações com outros países em função da busca por parte do governo do estabelecimento de um modelo multipolar. Além da Rússia, a Venezuela fortaleceu a aquisição de material militar com China, Bielorrússia e Irã. A hipotética intervenção dos Estados Unidos no país via Colômbia também é utilizada como argumento à aquisição de novos armamentos¹² (JACOME, 2010, p. 106).

O envolvimento da Rússia na América do Sul, principalmente com a Venezuela, deu-se muito em função de relações de comércio, benéficas à Rússia em função

12 O reequipamento das forças armadas iniciou em 2004 a partir da assinatura com Convênio de Cooperação Técnico-Militar assinado com a Rússia em 2001. Em 2006 eram entregues os primeiros 30.000 dos 100.000 fuzis AK-103 encomendados aos diferentes componentes das forças armadas. Encomendas como 24 aviões caças Sukhoi SU-30, 20 aeronaves para marinha, aviação e guarda nacional, aviões de treinamento militar Yak-130 como Ilyskin II96 foram feitas com um custo aproximado de 3 bilhões de dólares, segundo a empresa Russa Rosoboronexport. Também, está prevista a transferência de tecnologia e assessoria da China para produção de satélites na Venezuela como parte de um Acordo de Cooperação com a União Internacional de Telecomunicações (JACOME, 2007, p. 6).

da sua produção de armamentos bélicos, mas também como forma de resposta ao envolvimento, considerado excessivo, por parte do governo russo, dos EUA na região do Cáucaso e no Leste Europeu. Esse movimento responde, assim, à lógica de poder global com implicações para região controlada pelos EUA.

Para Graciela Pagliari, não se poderiam caracterizar as compras militares da Venezuela na América do Sul como uma corrida armamentista, uma vez que o país tem motivações tanto internas – como a consolidação do próprio governo para evitar tentativas de golpe – como regionais – contrabalancear o aumento da capacidade militar da Colômbia – ; e globais – alternativa à influência dos Estados Unidos (PAGLIARI, 2009, p.106).

No plano doméstico, as aquisições de armamentos por parte da Venezuela foram muito utilizadas como propaganda política do governo e, da mesma forma, como uma projeção da doutrina bolivariana para a região. Os discursos do presidente Chávez, na época, sobre defesa militar geralmente tinham o cuidado de não provocar a desconfiança dos vizinhos e eram frequentemente direcionados ao “maior perigo” considerado pelo governo: a possibilidade de uma invasão americana.

Embora a Venezuela tenha se beneficiado em anos recentes com os altos preços do petróleo, a sua economia tem sido a mais frágil dos países da América do Sul. Um dos maiores problemas da economia venezuelana no momento é a alta inflação. Em função do registro de alta inflação, o aumento nominal de 25% do orçamento de 2009 previsto para a defesa de 4,8 bilhões de dólares foi menor do que o divulgado conforme a tabela abaixo (IISS, 2010):

Quadro 2 – Orçamento com Defesa

País	Orçamento para defesa em 2009	Gastos com defesa em 2009	PIB em 2009
Colômbia	6.500.000.000	64.578.637.852	267 bilhões
Venezuela	4.019.000.000	3.000.000.000	355 bilhões

Fonte: O Autor, 2012.

Nota 1: Elaborado a partir dos dados do *Military Balance* de 2010 do *International Institute for Strategic Studies - IISS*. Os números estão expressos em bilhões de dólares.

3 A RELAÇÃO DA VENEZUELA COM A COLÔMBIA: ALGUM RISCO DE CONFLITO MILITAR?

A relação da Venezuela com os países andinos e, principalmente, sua relação com a Colômbia sempre foi importante ao longo de sua história político-diplomática. No período da guerra fria, em função das circunstâncias do

bipolarismo rígido, o movimento de caráter estratégico e geopolítico da Venezuela esteve condicionado.

Todos os movimentos político-territoriais foram bastante reduzidos com agendas temáticas de efeitos estratégicos limitados. Segundo Gallardo, a “liberdade estratégica” na prática da política exterior venezuelana de conteúdo geopolítico circunscreveu-se espacialmente ao seu entorno contíguo ocidental (Colômbia) e ao seu entorno vicinal (Caribe e Centro-América)¹³ (GALLARDO, 1999, p. 188).

As condutas estratégicas estabelecidas nesse período, mais precisamente a partir do governo de Marcos Perez Jimenez (1952-1958), eram, para com a Colômbia, de desconfiança. O governo venezuelano sempre temeu um desequilíbrio militar quanto às capacidades entre os dois países. Com muita frequência eram controladas as alianças político-estratégicas feitas com terceiros países que poderiam favorecer a um desequilíbrio que colocasse em risco suas relações bilaterais. Essa rivalidade histórica vem desde o processo de construção do Estado venezuelano (1830-1941).

Rafael Jimenez argumenta que o histórico anticolombianismo é sustentado desde as perdas territoriais que a Venezuela sofreu para a Colômbia no passado. Desde 1830, com o processo de dissolução da Grand Colômbia, começaram as difíceis tratativas relativas à delimitação das fronteiras. A Venezuela acabou sempre se sentindo prejudicada ante alguns laudos arbitrais, principalmente os de 1891 pela Espanha quando perdeu os territórios de Guajira e Meta que haviam sido reconhecidos anteriormente pelo Tratado Pombo-Michelena e também pelo laudo arbitral de 1922 quando o Conselho Federal da Suíça se posicionou em sentença arbitral sendo, na sua totalidade, contra os interesses da Venezuela (MELEÁN, 2006, p. 63-66).

A Colômbia ocupou, na política de segurança e defesa venezuelana, a partir desse período, o lugar de principal adversário político e estratégico. Em função dessa situação, a Venezuela já trabalhava bem nessa época as alianças estratégicas com terceiros países no entorno como, por exemplo, o Peru.

Para Amado Cerro (2001, p. 157), desde o início do século XX, os governos venezuelanos tiveram muita dificuldade em fixar uma estratégia clara e, por vezes, contraditória com relação aos seus vizinhos. Esses impulsos contraditórios, refletidos na política regional da Venezuela, estariam sustentados em percepções que alimentariam o ego dessa nação a partir do sentimento de superioridade econômica em função de sua riqueza petrolífera e, da mesma forma, devido à superioridade política advinda da tradição de ser um país democrático desde 1959.

13 Entorno contíguo são aqueles espaços configurados pelos Estados mais próximos territorialmente. São eles para Venezuela: Colômbia, Brasil, Guiana e os Estados insulares próximos. Já o entorno vicinal são aqueles espaços configurados pelos Estados mais distantes. São eles para Venezuela: Panamá e demais Estados centro-americanos; Cuba, Haiti, República Dominicana e demais Estados caribenhos.

Em 1978, a Venezuela assinou o Tratado de Cooperação Amazônica com o objetivo de criar melhores condições para o desenvolvimento da região amazônica.¹⁴ O tratado é um instrumento jurídico de natureza técnica que visa à promoção do desenvolvimento harmonioso e integrado da bacia, como base de sustentação de um modelo de complementação econômica regional que contemple o melhoramento da qualidade de vida de seus habitantes e a conservação e utilização racional de seus recursos. O Tratado de Cooperação Amazônica sustentou ainda mais as normas de confiança mútua para região andina e sul-americana.

Amado Cervo (2001, p.10) relata bem o que representava o envolvimento da Venezuela ante a assinatura do Tratado Amazônico, “a mudança da política regional da Venezuela representou, portanto, injeção de novo ânimo tanto para os movimentos de integração quanto para a cooperação bilateral entre vizinhos”.

O tema de fronteiras com relação à Colômbia sempre foi bastante sensível entre ambas as nações, já que grandes quantidades de petróleo e minerais se encontram na zona limítrofe. Além do mais, por sua situação geográfica, pois parte da zona fronteira é ideal para o trânsito de produtos Colombianos e contrabando para o Caribe. A localização na Venezuela do maior lago da América Latina, o lago Maracaibo, o qual se espalha em direção ao mar do Caribe, assim como em direção à cordilheira andina do lado colombiano, torna muito mais cômodo transportar mercadorias desde a Venezuela para a Colômbia.

Nesse sentido, existem poderosos interesses na Colômbia que colocariam em situação difícil colombianos e venezuelanos que vivem nessa zona limítrofe. Os interesses fixam-se na exploração de recursos naturais e transporte de drogas e outros bens ao mercado norte-americano, com poucas interferências. O governo venezuelano denuncia com frequência que as forças paramilitares da Colômbia regularmente cruzam a fronteira venezuelana para instalar terror aos campesinos venezuelanos e forçá-los a mudar para o outro lado. As forças armadas da Venezuela teriam dificuldade em manter o controle na região (WILPERT, 2009, p. 199).

O vínculo da Colômbia com Washington em função da política adotada para o combate às drogas ainda provoca insegurança nos vizinhos. O governo Álvaro Uribe teve dificuldades em conseguir estabelecer ações conjuntas regionais. A Venezuela foi um país que não atendeu ao pedido do governo colombiano, que implementava as políticas antiterroristas solicitando aos vizinhos que os declarassem como terroristas. Da mesma forma, nem Brasil nem o Equador aceitavam o formato do Plano Colombiano (RAMIREZ, 2004, p. 148).

Em 2008, a relação entre os dois países sofreu a pior crise quando ocorreu a invasão do exército colombiano em território do Equador. A Venezuela imediatamente manifestou-se em solidariedade ao governo do Equador, inclusive movimentando

14 O Tratado de Cooperação Amazônica é composto pelos oito países que compõem a região amazônica: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela.

tropas na região de fronteira como advertência direta a Bogotá. Apesar de tal atitude, as relações de amizade foram restabelecidas entre os dois países, muito em função da condenação unânime da UNASUL ao ataque colombiano.

É difícil prever um conflito militar entre esses dois países, em função das importantes relações comerciais que se estabelecem entre eles. Qualquer tentativa de romper com esse estado provocaria importantes consequências econômicas para as duas nações.

As relações da Venezuela com a Colômbia são as que podem causar maior grau de instabilidade no subcomplexo de segurança andino. A partir do governo de Álvaro Uribe na Colômbia, as relações bilaterais tornaram-se mais tensas, uma vez que Uribe colocava como premissa fundamental de suas atividades internacionais a necessidade de uma relação especial com os Estados Unidos, ao mesmo tempo em que afirmava que a via militar era o instrumento principal para acabar com o conflito interno colombiano.

Segundo Romero, o governo Uribe percebia o governo venezuelano como uma administração que não queria cooperar com as atividades do Plano Colômbia e que se negava a reconhecer que no território venezuelano estaria operando a guerrilha e que, de certa maneira, estaria exercendo certa cumplicidade com ela (ROMERO, 2006, p. 150).

A orientação revolucionária da política externa do regime bolivariano prejudica as relações entre os dois países em função do viés ideológico. Apesar de os dois governos concordarem com a necessidade do aumento de acordos bilaterais comerciais e humanitários, os objetivos estratégicos por trás das intenções são bastante diferentes.

No âmbito das ideias, as diferenças entre os dois países manifestava-se, por exemplo, com relação ao intercâmbio humanitário. Ambos os governos compartilhavam a necessidade do combate a práticas da manutenção de reféns por parte da guerrilha colombiana. Entretanto, para o governo colombiano, um possível acordo para libertar reféns sequestrados era puramente um ato humanitário que não implica o começo de um processo de paz para com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia - FARC. Em contraste, para o governo Chávez no período, representava uma oportunidade para promover negociações com as FARC que condicionavam o fim da violência à modificação radical do sistema político e econômico colombiano de acordo com os preceitos bolivarianos (ORTIZ, 2011, p. 84).

O governo de Juan Manuel Santos modificou algumas diretrizes de sua política externa com relação ao governo anterior, o que contribuiu para a melhora das relações entre os dois países. Bogotá abriu-se mais para a região e para o mundo sem que a região e o mundo se ocupassem dos problemas internos colombianos. O governo de Santos estabeleceu objetivos de política internacional fixados no governo anterior exclusivamente em questões de segurança doméstica reduzida a uma dimensão militar (RAMIREZ, 2011, p. 79-95).

Logo após a posse de Santos como Presidente da República, os dois países restabeleceram os canais diplomáticos e de comunicação. De imediato, constituíram cinco comissões para discussões pontuais entre as duas nações: pagamento da dívida venezuelana aos empresários colombianos, mecanismos de complementação econômica, infraestrutura e energia e segurança.

Em menos de três meses, os dois governos avançaram em negociações sobre esses temas, recuperando, assim, processos que estavam em caminho de deterioração em relação ao governo anterior na Colômbia. Os dois presidentes acordaram em realizar encontros entre os dois países a cada três meses para manter o estímulo da reaproximação entre eles.

A relação da Venezuela com a Colômbia é prioridade para a política externa venezuelana e, conseqüentemente, tem implicações para sua política de segurança e defesa. A solução de problemas de fronteira entre os dois países esbarra nesse momento em problemas domésticos, principalmente do lado venezuelano onde os governos dos estados de Tachira e Zulia, que estão em poder da oposição, não foram incluídos nas conversações para os acordos entre os dois países.

De acordo com Socorro Ramirez, as mudanças introduzidas nas relações com o entorno regional e o interesse por uma maior abertura internacional e regional são coerentes com a mudança sensível introduzida pelo novo governo colombiano, diferente do tom agressivo e de confrontação do governo anterior. A nova diretriz por uma inserção internacional e regional positiva da Colômbia tem a ver com a necessidade, em particular, com as fronteiras internacionais, de assumir a segurança não somente como um problema militar, mas também como o desdobramento de uma presença integral do Estado através de instituições civis, serviços básicos e infraestrutura. O novo governo também trabalha com a necessidade de melhorar as condições sociais nas regiões de fronteira (RAMIREZ, 2011, p. 92).

As mudanças introduzidas na condução da política externa colombiana aproximam-se mais com algumas ideias da Venezuela na condução dos problemas de fronteira, o que tem permitido uma melhora do diálogo entre os dois países. É difícil imaginar que essas nações venham a se enfrentar militarmente, apesar dos momentos de tensão principalmente no período do governo Uribe. Venezuela e Colômbia teriam muito a perder, além de que, no âmbito doméstico, a população dos dois países não estaria disposta a arcar com os altos custos de uma guerra. A interdependência econômico-comercial entre os dois Estados é histórica.

4 A RELAÇÃO DA VENEZUELA COM CUBA NO ÂMBITO DA POLÍTICA DE SEGURANÇA E DEFESA BOLIVARIANA

Maria Tereza Romero indica, pela análise dos novos conceitos de geopolítica internacional adotados pelo governo venezuelano, que os objetivos da política

externa da Venezuela são definidos de acordo com a zona geográfica e são baseados na afinidade com governos simpatizantes (ROMERO, 2011, p. 69).

Na linha dos governos simpatizantes, as relações entre Cuba e Venezuela tiveram um incremento a partir de 1999 e que se refletiu em uma mudança importante em matéria estratégica militar. A mudança da estratégia militar implica uma doutrina de segurança e defesa que tem para a Venezuela a tese sobre uma possível ameaça de um eventual ataque dos Estados Unidos da América à Venezuela, e a possibilidade de uma guerra de quarta geração de mobilidade assimétrica, na qual poderia estender-se a Cuba.

No caso da Venezuela, a guerra assimétrica e a guerra de quarta geração adquirem conteúdos diferentes daqueles existentes no campo da segurança internacional. A guerra assimétrica inclui um grande peso ideológico e incorpora como componente-chave a população civil, fortalece-se na experiência da independência nacional e pressupõe uma postura defensiva. A guerra de quarta geração é percebida como uma ferramenta de agressão, ideologicamente imperialista na qual a população civil é focalizada como objetivo (BARTOLOMÉ, 2008, p. 58-59).

A aliança entre Cuba e Venezuela é marcada por uma política de oposição à participação dos EUA nos planos de segurança e defesa regionais; a diversificação das compras militares, assim como a assistência técnica e a formação de recursos humanos; a aproximação estratégico-militar com China, Rússia, Irã e Bielorrússia como alternativas para suprimento de material militar e comércio.

A relação com Cuba caracteriza-se por uma estreita relação de cooperação e solidariedade entre as ideologias dos dois governos sob forte influência da relação pessoal existente entre Hugo Chávez e Fidel Castro. O presidente venezuelano estabeleceu uma relação pessoal com Castro logo após ter sido libertado da prisão na tentativa de golpe em 1992. Desde então, Fidel Castro tem sido um dos grandes mentores de Chávez.

Apesar de as duas nações compartilharem a hostilidade contra os EUA, recentemente Cuba tem se manifestado de forma mais branda com relação a Washington do que Caracas. A estreita relação entre Cuba e Venezuela deve-se a uma ampla variedade de acordos de cooperação em áreas como petróleo, saúde, educação, esportes e artes. A partir de 2004, os acordos de cooperação com Cuba aprofundaram-se quando se eliminaram as barreiras tarifárias para as importações cubanas e venezuelanas. Também se permitiu a Cuba assistência técnica para exploração de petróleo na costa cubana e se intensificou a cooperação na área da saúde.

A aliança estratégica de Cuba com a Venezuela está orientada na unidade de ações de ambas as nações para se fazerem mais fortes e ganharem a batalha com o que consideram seu inimigo comum - os EUA. A concepção, definição e desenvolvimento de uma estratégia política global em diversas áreas e campos de

ação são abordados em vários acordos ou convênios estabelecidos entre os dois países. Por outro lado, não são idênticos os objetivos de ambos os governos na conformação dessa aliança.

Quadro 3 – Conteúdo da aliança com Cuba e seu alcance com relação a cada conteúdo

Conteúdo	Alcance
Fortalecimento da soberania e promoção do mundo multipolar	Reverter a concentração de poder nas organizações internacionais. Concertação de posições entre os países em desenvolvimento. Diretrizes do sistema internacional que sejam uma interação equitativa da tomada de decisão.
Promoção da Integração latino-americana e caribenha	Necessidade de coesão entre os países latino-americanos e caribenhos. Dar conteúdo político ao processo de integração, impulsionar uma política de segurança e defesa comum latino americana. Materializar os acordos orientados ao desenvolvimento da agenda social.
Diversificação do mercado energético	Ampliação do mercado energético com ênfase especial na América Latina, Caribe, China, Índia e Europa Oriental.
Novo regime de segurança integral hemisférica – caráter integral e multidimensional	Constituição de um novo marco de segurança e cooperação internacional inspirado em interesses comuns que permitam o fortalecimento das instituições regionais e militares hemisféricas.

Fonte: O Autor, 2012.

Nota: Elaborado a partir dos dados do livro de Irwing, Langue e Castillo, 2009, p. 174.

Cuba e Venezuela possuem diferentes sistemas políticos e ambientes domésticos na área social e econômica: um sistema marxista de partido único em Cuba e um processo bolivariano operando na Venezuela via sistema multipartidário. Os dois países favorecem a modalidade de governo baseado no alto intervencionismo do Estado, executando programas sociais ambiciosos através de uma estratégia de comando centralizada. Essas estratégias de comando centralizadas na prática aproximam os dois governos.

Para HernánYáñez, houve divergências e fraturas ideológicas no interior das Forças Armadas da Venezuela (FAN) ante as relações com Cuba, principalmente no período de 2002, quando houve a tentativa de golpe para derrubar Chávez. O autor salienta que, mesmo depois da tentativa de golpe e sua restituição, Chávez não teria o controle total das forças armadas, pois estas, diferentemente do que ocorreu em

Cuba, foram herdadas dos regimes anteriores. Haveria diferenças de pensamento ante principalmente a necessidade de manutenção de boas relações com os EUA em função do mercado para o petróleo (YANEZ, 2005, p. 6-8).

A relação da Venezuela com Cuba no âmbito da política de segurança e defesa é de mútuo benefício, apesar de os custos maiores ficarem para a Venezuela. A relação estratégica existente estabeleceu-se muito em função da aproximação de Chávez a Fidel Castro, mas, principalmente, da necessidade econômica de Cuba em preservar a relação.

Muitos acordos existentes entre os dois países não são claros no âmbito da profundidade dessa relação estratégica. Por motivos de segurança nacional, não se tem acesso a detalhes sobre os acordos existentes. Não se tem inclusive acesso à exata quantidade de petróleo que estaria sendo exportada para Cuba no âmbito do acordo energético para se ter uma noção mais precisa da dependência cubana em relação à Venezuela.

Por fim, para a Venezuela, a relação com Cuba é essencial no auxílio à expansão das ideias do bolivarianismo tanto no âmbito doméstico quanto no internacional. Foi a experiência cubana em relação à infiltração de ideias e inteligência que ajudou o governo venezuelano a alcançar muito de seus projetos políticos.

5 CONCLUSÃO

O subcomplexo de segurança andino e o complexo de segurança sul-americano não têm culturas de segurança muito diferentes como, por exemplo, o europeu, que apresenta experiências históricas e militares bastante distintas, o que facilitaria na América do Sul a fixação de uma cultura de segurança comum.

Talvez o maior desafio seja desenvolver uma arquitetura institucional a partir dos processos de integração, de forma a otimizar procedimentos de tomada de decisão de segurança e defesa em um organismo que seja exclusivamente civil, um grande desafio para América do Sul em face da histórica presença excessiva de militares nos assuntos de segurança. De uma forma ou de outra, essa tendência também é detectada na União Europeia quando se analisam as disputas entre os militares dos Estados partes e os civis das instituições em Bruxelas na coordenação dos debates sobre segurança. (HOWORTH; KEELER, 2003, p. 220-225).

A maioria dos países da América do Sul, mas principalmente os Andinos, tem dificuldade nessa predisposição. Os militares ainda exercem muita pressão e poder, quando não são pretorianos, quando se sentem pressionados pelo poder civil ante a possível perda de controle nessa área. A Venezuela e a Colômbia são um grande exemplo.

A UNASUL provavelmente seria o melhor lugar para constituição dessa arquitetura institucional. Isso já se pensando em eliminar a distinção entre os dois complexos de segurança defendidos sob a ótica de Buzzan e Waeber (2003) que

acaba não contribuindo para um pensamento comum da região sul-americana justamente em prol de uma maior autonomia ante os EUA.

Nesse sentido, a tese de Buzan e Waever (2003) sobre os complexos de segurança mantém-se aceitável para explicar o complexo regional da América do Sul a partir da análise do relacionamento da Venezuela com os países vizinhos. A Venezuela necessita deixar claro aos vizinhos sua real predisposição no engajamento para a construção de uma perspectiva de segurança democrática regional que não implique a adoção de um modelo ideológico específico. Nesse sentido, no âmbito doméstico, a Venezuela necessita incentivar uma discussão plural, aberta e democrática para os temas de segurança e defesa. É preciso incorporar amplos setores internos, o desenvolvimento de programas de treinamento entre militares e civis, o incentivo à elaboração de livros brancos de defesa, o desenvolvimento de mecanismos de prevenção de conflitos, o incentivo à participação de organizações da sociedade civil e programas de desarme da população, entre outros. A militarização da vida civil e a politização das forças armadas promovidas pelo governo venezuelano não contribuem para que o país seja visto como uma nação democraticamente equilibrada.

REFERÊNCIAS

ARAVENA, Francisco Rojas. Medidas de confianza mutua y balance estratégico: un vínculo hacia la distensión y la estabilidad. In: _____ (Org.). *Balance estratégico y medidas de confianza mutua*. Santiago: FLACSO-Chile, 1996. p. 44-75.

BARTOLOMÉ, Mario César. As guerras assimétricas e de quarta geração segundo o pensamento venezuelano em assuntos de segurança e defesa. *MilitaryReview*, Kansas, v. 88, n.1, jan./fev. 2008. Disponível em: <<http://usacac.army.mil/CAC2/militaryReview/Archives/oldsite/portuguese/janfeb08/bartolomeporjanfeb08.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2012.

BUZAN, Barry; WAEVER, Ole. *Regions and powers: the structure of international security*. New York: Cambridge University Press, 2003.

CANNABRAVA, Ivan. *O processo de paz Equador-Peru: 1995-1998*. Ministério das Relações Exteriores do Brasil, [1997?] Disponível em: <http://www2.mre.gov.br/missoes_paz/port/capitulo11.html>. Acesso em: 20 maio 2011

CASTILLO, Hernán. Historia y teoría política sobre las relaciones civiles y militares Venezolanas. In: IRWIN, Domingo; CASTILLO, Hernán; LANGUE, Frederique. *Pretorianismo venezolano del siglo XXI: ensayo sobre las relaciones civiles y militares venezolanas*. Caracas: Universidad Católica Andrés Bello, 2007. p. 35-109.

CERVO, Luiz Amado. A Venezuela e seus vizinhos. In: GUIMARÃES, Samuel P; CARDIN, Carlos Henrique (Org.). *Venezuela: visões brasileiras*. Brasília: IPRI, 2003. p. 157-181.

GALLARDO, Freddy Vivas. *Venezuela: política exterior y proyecto nacional: el pretorianismo Perezjimenista (1952-1958)*. Caracas: UCV, 1999.

HOWORTH, Jolyon; KEELER, John. *Defending Europe: the EU, NATO and the quest for european autonomy*. London: Palgrave Macmillan, 2003.

INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES (IISS). *Military Balance*, Londres, 2010. Disponível em: <<http://www.iiss.org/publications/military-balance/the-military-balance-2010/>>. Acesso em: 28 maio 2011.

JACOME, Francine. Venezuela 2006: avances en su doctrina de seguridad y sus impactos regionales. *Policy Paper*, Caracas, n. 15, p. 1-5, mar. 2007.

LANGUE, Frederique. Encanto populista o revolución continental? El proyecto bolivariano de Hugo Chávez entre dos siglos. In: IRWIN, Domingo; LANGUE, Frederique; CASTILLO, Hernan. *Problemas militares venezolanos: FANB y democracia en los inicios del siglo XXI*. Caracas: Universidad Católica Andrés Bello, 2009. p. 133-167.

MELEÁN, Rafael Simón Jiménez. *50 años de política exterior de Venezuela 1908-1958*. Caracas: El Centauro, 2006.

ORTIZ, Roman. Venezuela's revolutionary foreign policy and colombian security. In: CLEM, Ralph; MAINGOT, Anthony. (Org.). *Venezuela's Petro-diplomacy: Hugo's Chavez's Foreign Policy*. Gainesville: University Press of Florida, 2011. p.77-92.

PAGLIARI, Graciela. *O Brasil e a segurança na América do Sul*. Curitiba: Jurua, 2009.

RAMÍREZ, Socorro. Colombia y sus vecinos. *Revista Nueva Sociedad*, San José, n. 192, p. 148-156, 2004.

RAMÍREZ, Socorro. El Giro de la política exterior colombiana. *Revista Nueva Sociedad*, San José, n. 213, p. 79-95, 2011.

ROMERO, Aníbal. Pensamiento geopolítico, seguridad y democracia. In: ZAMBRANO, Elio Orta; ROMERO, Aníbal. *Seguridad y democracia en Venezuela*. Caracas: Equinoccio, 1980. p. 57-78.

ROMERO, Carlos. Venezuela y Estados Unidos: ¿una relación esquizofrénica? *Revista Nueva Sociedad*, San José, n. 206, p. 78-93, nov./dez. 2006.

ROMERO, Maria Tereza. Imposing the International Bolivarian Project. In: CLEM, Ralph; MAINGOT, Anthony; EGUIZABAL, Cristina. *Venezuela's petro-diplomacy: Hugo Chávez Foreign Policy*. Miami: University Press of Florida, 2011. p. 68-77.

WILPERT, Gregory. *La transformación en Venezuela: hacia el socialismo del siglo XXI*. Caracas: Monte Ávila, 2009.

YANEZ, Hernán. The Cuba-Venezuela Alliance: emancipatory neo-bolivarianism or totalitarian expansion? *Occasional Papers*, Miami, p. 06-08, 2005. Disponível em: <<http://scholarlyrepository.miami.edu/iccaspapers/7>>. Acesso em: 2 maio 2011.